



Órgão: Prefeitura Municipal de Feira Nova  
Relatório Trimestral  
Período: 02/04/2018 a 29/06/2018  
Prefeito: José Carlos dos Santos.

## 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados Demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei N° 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

## 2. DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de 2018 foi aprovado pela Lei N° 494/2017 de 15 de dezembro de 2017, alocando recursos na ordem de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

RECEITAS CORRENTES	16.899.990,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.116.020,00)
RECEITAS DE CAPITAL	216.030,00
RECEITA INTRAORÇAMENTARIA	0,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.000.000,00</b>
DESPESAS CORRENTES	13.865.814,04
DESPESAS DE CAPITAL	1.116.413,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.772,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>15.000.000,00</b>

No período foram abertos créditos adicionais que suplementaram R\$ 6.867.606,55 e anularam R\$ 6.867.606,55. As fontes de recursos utilizadas para a abertura dos créditos suplementares foram as seguintes:

FONTE DE RECURSO	VALOR - R\$
Anulação de Dotação	6.867.606,55
Superávit Financeiro	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Operação de Crédito	0,00
<b>Total</b>	<b>6.867.606,55</b>



### 3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

TÍTULO	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	%	ARRECADADA NO PERÍODO	%	ARRECADADA ATÉ O PERÍODO	%
RECEITAS CORRENTES	16.899.990,00		5.617.141,40		10.328.411,02	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.116.020,00		-574.375,01		-1.199.457,85	
RECEITAS DE CAPITAL	216.030,00		10.000,00		10.000,00	
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00		0,00		0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>15.000.000,00</b>		<b>5.052.766,39</b>		<b>9.138.953,17</b>	

Os dados acima demonstram que a Receita Arrecadada para o período foi de R\$ 5.627.141,40 (cinco milhões e seiscentos e vinte e sete mil e cento e quarenta e um reais e quarenta centavos), tendo um total acumulado até o período de R\$ 10.338.411,02 (dez milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dois centavos), restando ainda por arrecadar um resíduo de R\$ 6.777.608,98 (seis milhões, setecentos setenta e sete mil, seiscentos e oito reais e noventa e oito centavos) em relação ao total estimado para o exercício.

#### 3.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada

TÍTULO	RECEITA ARRECADADA	DESPESA LÍQUIDADA	DIFERENÇA (+/-)
CORRENTES	5.042.766,39	4.365.259,21	677.507,18
CAPITAL	10.000,00	331.168,75	-321.168,75
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.052.766,39</b>	<b>4.696.427,96</b>	<b>356.338,43</b>

O confronto entre a Receita Arrecadada Líquida e a Despesa Liquidada demonstra que o valor liquidado foi inferior à arrecadação da receita, o que representa um superávit no trimestre de R\$ 356.338,43 (trezentos e cinquenta e seis mil e trezentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos).

#### 3.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de R\$ 14.071.458,77 (quatorze milhões, setenta e um mil, quatrocentos cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos). O total de despesas liquidadas no período importou em R\$ 8.890.289,06 (oito milhões, oitocentos e noventa mil, duzentos e oitenta e nove reais e seis centavos). Do volume acumulado de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de R\$ 8.089.979,37 (oito milhões, oitenta e nove mil, novecentos e setenta e nove reais, trinta e sete centavos) conforme detalhamento abaixo:

TÍTULO	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	LIQUIDADA A PAGAR
ATÉ O PERÍODO	13.704.869,13	4.193.861,10	3.647.563,72	546.297,38
NO PERÍODO	366.589,64	4.696.427,96	4.442.415,65	254.012,31
<b>ACUMULADO</b>	<b>14.071.458,77</b>	<b>8.890.289,06</b>	<b>8.089.979,37</b>	<b>800.309,69</b>





#### 4. DO BALANÇO FINANCEIRO

Demonstra a movimentação de recursos de natureza orçamentária, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o trimestre seguinte, tendo o desdobramento a seguir:

RECEITA	R\$ 1,00
ORÇAMENTÁRIA	10.338.411,02
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.458.908,60
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00
SALDO PERÍODO ANTERIOR	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.797.319,62</b>
<b>DESPESA</b>	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.089.979,37
EXTRA ORÇAMENTÁRIA	978.439,03
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00
SALDO PARA O PRÓXIMO PERÍODO	3.728.901,22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.797.319,62</b>

#### 5. DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial representa os bens, direitos e obrigações que compõem a substancia patrimonial, estando assim demonstrado:

ATIVO	R\$ 1,00
ATIVO FINANCEIRO	1.482.071,26
ATIVO PERMANENTE	8.349.053,58
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>	<b>9.831.124,84</b>
ATIVO COMPENSADO	0,00
<b>TOTAL GERAL DO ATIVO</b>	<b>9.831.124,84</b>
<b>PASSIVO</b>	
PASSIVO FINANCEIRO	44.130,48
PASSIVO PERMANENTE	0,00
<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>	<b>44.130,48</b>
ATIVO REAL LIQUIDO	2.224.225,96
PASSIVO COMPENSADO	7.562.768,40
<b>TOTAL GERAL DO PASSIVO</b>	<b>7.606.898,88</b>



### 5.1 - Situação Financeira

A situação financeira em evidenciada no período selecionado, apresentou um superávit verificado em R\$ 1.437.940,78 (um milhão e quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta reais e setenta e oito centavos), onde foi possível verificar, que o Ativo Financeiro foi superior, conforme valores informados no demonstrativo das variações patrimoniais apresentado abaixo:

TITULO	VALOR - R\$
Ativo Financeiro	1.482.071,26
(-) Passivo Financeiro	44.130,48
<b>Superávit Verificado</b>	<b>1.437.940,78</b>

### 6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ( LRF )

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas. A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

#### 6.1 Limite com pessoal em relação à receita corrente líquida

Os gastos realizados com pessoal durante os últimos doze meses foram de R\$ 10.010.374,01 (dez milhões, dez mil, trezentos setenta e quatro reais e um centavo), que representam 58,23% da receita Corrente Líquida, a qual foi da ordem de R\$ 17.190.234,40 (dezessete milhões, cento e noventa mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos ), calculados com base em regra contida na LRF.

#### 6.2 Relatórios bimestrais

Identificamos os relatórios resumidos da Execução Orçamentária (bimestral), que foram elaboradas pela Equipe Técnica de Contabilidade do Município e encaminhados ao Tribunal de Contas, em obediência à LRF.

#### 6.3 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Foram aplicados R\$ 2.073.127,92 (dois milhões, setenta e três mil, cento e vinte e sete reais e noventa e dois centavos), na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa 33,28 % das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, que somaram o valor de R\$ 6.229.856,61 (seis milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos), informações estas obtidas através do Demonstrativo da Aplicação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fornecido pela Equipe Técnica, foi cumprida a aplicação mínima prevista na Constituição Federal.

#### 6.4 Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Foram aplicados R\$ 1.908.544,15 (um milhão, novecentos e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, representando 97,00 % das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências que somaram o valor de R\$ 1.967.495,18 (um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e dezesseis centavos), informações estas, obtidas através do Demonstrativo da Aplicação de Recursos do FUNDEB, fornecido pela equipe Técnica de Contabilidade do Município.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA**  
**Certificado do Controle Interno - Consolidado**

### **AUMOXARIFADO**

O almoxarifado mantém todos os registros de materiais com sua descrição e preço de aquisição, proporcionando um melhor controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída, atualizado até a presente data.

### **PATRIMÔNIO**

O livro de patrimônio está sendo devidamente atualizado e os bens com as suas plaquetas numeradas. Estamos aguardando a chegada das novas plaquetas para que seja realizado um recadastramento de todos os bens do município.

### **CONCLUSÃO**

No 2º Trimestre/2018, pela documentação analisada e de acordo com os procedimentos operacionais que acompanhamos, constatamos, ainda, que para equilibrar as contas e permitir que o Município mantenha os serviços básicos e os salários dos servidores em dia, o gestor deverá implementar medidas urgentes de contenção de gastos, com o objetivo de enquadramento no limite de 54 % com despesa de pessoal e um melhor equilíbrio orçamentário. No geral, não constatamos falhas, irregularidades ou desperdícios na gestão dos setores e dos recursos da Prefeitura Municipal de Feira Nova. Por fim, destacamos que todas as atividades desenvolvidas e os apontamentos realizados aos setores e recomendações efetuadas encontram-se arquivadas e disponíveis para análise do Tribunal de Contas do Estado.

Prefeitura Municipal de Feira Nova, 29 de junho de 2018.

---

JUCILENO FRANCISCO DE SOUZA

Secretário de Controle Interno



## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 2º Trimestre do Exercício de 2018, foi emitido obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública e em conformidade com a legislação vigente, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

---

JUCILENO FRANCISCO DE SOUZA

Secretário de Controle Interno